

AS IMAGENS DA CIDADE E OS SABERES URBANOS

*José Costa d'Assunção Barros**

RESUMO

Este artigo – trazendo um contraponto às imagens artísticas da Cidade – busca discutir o uso das imagens nas Ciências Humanas, mais especificamente na construção do conhecimento sobre a Cidade. A intenção é elaborar uma visão panorâmica sobre os vários tipos de imagens que têm produzido modelos de cidade ao longo da reflexão urbanística do século XX nas Ciências Sociais e Humanas, incluindo a Sociologia, a Antropologia e a História.

PALAVRAS-CHAVE: *Cidade. Imagem. Modelos Urbanos.*

O CIENTISTA SOCIAL FABRICA AS SUAS METÁFORAS URBANAS

A imagem da Cidade tem sido representada pelos artistas de inúmeras formas. Criar imagens é evidente território de pintores, escultores, arquitetos, ou mesmo de músicos que podem redesenhar em sonoridades as representações cidadinas. Contudo, conforme discutiremos neste artigo, também os cientistas, particularmente os cientistas sociais e humanos – e em especial aqueles que se dedicam aos saberes urbanos como a antropologia urbana, a história das cidades, a sociologia urbana, a geografia urbana, ou o urbanismo – trabalham constantemente com imagens na representação da cidade. Procuraremos discutir, nas próximas linhas, estes modos de representação da Cidade que afetam as Ciências Humanas.

Diante dos múltiplos aspectos urbanos trazidos à tona pela sociologia e pela historiografia do século XX, uma pergunta se impõe. O que vem a ser, afinal, a Cidade? Na sua ânsia de responder a esta questão, os homens têm produzido metáforas diversas – entre estes homens o poeta, o pintor, o

* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jose.d.assun@globomail.com.

homem comum, e também o cientista social. Tal como se disse, mesmo sem perceber, e mesmo que algumas vezes acreditando-se liberto dos recursos metafóricos que os homens da literatura e da arte têm o direito de empregar mais livremente, o pensamento do cientista social também opera por modelos metafóricos ou imagéticos frequentemente especializados, notando-se ainda que a metáfora empregada – a forma externa mediante a qual se expressa ou se constitui determinado pensamento – também ela ajuda a reformular este mesmo pensamento, a reconduzi-lo para uma determinada direção mental sem que necessariamente o seu usuário disto se aperceba.

No que concerne ao esforço de compreensão do fenômeno urbano, diversas imagens têm sido empregadas desde tempos relativamente remotos, cada qual acarretando em benefícios e limitações. A metáfora do ímã, por exemplo, tem sido particularmente simpática aos economistas contemporâneos e aos demógrafos. Pólo de atração, a cidade absorve homens e mercados. Por outro lado, o “poder magnético” das cidades remete às noções de centro e periferia, particularmente no que concerne à região a elas adstrita. Desta forma, o geógrafo R. E. Dickinson observa que “cada centro age como se fosse um ponto focal, situado na confluência de vias e correntes de tráfego por meio das quais se liga à área circundante que constitui o seu corpo de associação” (DICKINSON, 1971, p. 44).

Assim, a cidade estabelece relações com o campo circundante, mas também com outras cidades. Noções como “retículo urbano” e “armadura urbana” têm sido empregadas para dar conta de todo um conjunto de determinadas cidades pertencentes a uma mesma área geográfica (MERCADAL, 1971). Já o conceito de “dominância metropolitana” procura dar conta “do poder político-econômico de algumas cidades relativamente ao resto do território entendido como um sistema social global” (BOGUE, 1949).

Por outro lado, para fugir à linearidade que a noção “centro-periferia” pode evocar, Sorokin e Zimmerman (1929) elaboraram o conceito de “*continuum* urbano-rural”, na ânsia de dar forma à dinamicidade de relações existentes entre as duas realidades. No campo da dinamicidade também se acham as imagens que procuram enfatizar a dimensão da cidade como lugar privilegiado para as trocas. Assim, para Fernand Braudel “as cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens” (BRAUDEL, 1997, p. 439).

Como se vê, as imagens e metáforas empregadas pelos cientistas sociais carregam já dentro de si certas potencialidades e limitações que devem ser manejadas com vistas a determinadas finalidades, ou em função da constituição de determinados objetos. À medida que se produzem novos métodos, novas abordagens ou novas perspectivas dentro de cada disciplina, uma nova imagem pode emergir ou uma antiga metáfora pode ser revalorizada.

A CIDADE COMO ARTEFATO E COMO PRODUTO DA TERRA

Já se disse que a Cidade, mesmo que não seja o maior artefato produzido pelo homem, é sem dúvida o mais grandiosamente impactante. Ainda que, em sua estrutura física, nenhuma cidade seja tão imensa quanto a Muralha da China, ou que um sistema urbano específico esteja longe de ter a abrangência espacial e social de um sistema de telefonia com seus infindáveis fios que recobrem espaços incomensuráveis, uma Cidade é seguramente o maior artefato produzido pelo homem que pode ser apreendido a determinada distância pelo olhar contemplativo (é bom lembrar que a “muralha da China” só pode ser percebida de maneira compacta e totalizante se o observador estiver situado a uma distância extraordinária, como, por exemplo, na Lua). Witold Ribczynski (1995) observa que, enquanto uma rede de telefonia é um imenso artefato que permanece relativamente invisível para os homens, a Cidade deve muito de seu poderoso impacto no imaginário social ao atributo de poder ser contemplada em toda a sua grandeza e totalidade pelo olho humano, desde que tomada a devida distância¹. A Cidade, neste sentido, seria o maior artefato produzido pelo homem que pode ser integralmente apreendido pelo olhar comum.

Seria de se perguntar, antes de mais nada, pelas formas que pode assumir o artefato urbano na sua própria origem, pelos seus modos de funcionamento, pelos seus padrões de transformação. Estas questões, a serem discutidas mais adiante, permanecem indelevelmente ligadas. De imediato, é bom lembrar que uma determinada imagem do que seja ou deva ser a cidade pode estar implicada na sua própria formação primordial e nas suas subseqüentes transformações. Os próprios homens que se unem para constituir uma cidade já começam a interferir nos seus destinos formais nos primeiros instantes, valendo-se das

¹ “O sistema telefônico é imenso mas invisível, e apenas uma parte da Grande Muralha ou do Canal do Panamá podem ser vistos de uma vez; a imensidão destas invenções faz com que elas só sejam apreendidas pela imaginação. Mas uma cidade pode ser vista inteira de uma vez. Daí por que as vistas panorâmicas sejam tão emocionantes” (RIBCZYNSKI, 1995, p. 33).

suas próprias imagens. São estas imagens que o cientista social – ele mesmo um formador de imagens – deve examinar em um primeiro momento.

Kevin Lynch (1960) classifica as cidades em três categorias básicas com relação aos seus padrões formais de funcionamento e transformação. Haveria as “cidades cósmicas”, que são aquelas cujos traçados são concebidos em função de algum sentido mítico, de algum padrão de espacialização imposto de fora por alguma idéia matriz, ou de algum desenho pré-concebido consoante uma representação específica. Nesta categoria estariam desde as antigas cidades etruscas e indianas, cujo traçado é concebido para atender a algum padrão religioso ou místico, até as modernas cidades como Brasília, que seguem um plano piloto prenhe de significados. As “cidades cósmicas” podem ser lidas de fora, porque o seu traçado carrega explicitamente uma mensagem carregada de intencionalidades. Elas foram feitas para significar algo para o observador que as contempla de uma distância a partir da qual o traçado pode ser percebido na sua totalidade.

Haveria também as “cidades práticas”. A imagem que mais se adapta a este tipo de cidades é a da “máquina”, ou do artefato mecânico. São cidades que crescem e se desenvolvem conforme as suas necessidades materiais, à medida que novas partes são acrescentadas e que as velhas partes são alteradas. O padrão de transformação associado a este tipo é o da superposição de um tipo mais ou menos mecânico.

Existiriam por fim as chamadas “cidades orgânicas”, que são aquelas que vão se formando e crescendo mais ou menos à maneira dos organismos vivos, adaptando-se a um terreno em que se viram inseridas de maneira não planejada, e sobretudo fazendo concessões permanentes à vida em toda a sua imprevisibilidade. Estas cidades modificam os seus traçados para se adaptar a um rio que lhes serve de fronteira, contornam os morros ou os absorvem, sobem e descem ladeiras de variados tamanhos. Suas ruas organizam-se livremente para atender mais aos chamados da vida cotidiana que aos planejamentos previamente estabelecidos. As cidades medievais constituem exemplos muito típicos de “cidades orgânicas”, e também as pequenas cidades mineiras do Brasil Colonial como Ouro Preto. Da Idade Média também nos chegam os exemplos das cidades labirínticas que são tão comuns em algumas das sociedades islâmicas ³/₄ com suas ruelas e becos que se perdem umas nos outros e que desorientam quem não conhece o padrão vital que está por trás de sua aparente desorganização.

O artefato urbano também pode ser examinado consoante a sua relação de abertura ou de fechamento para com o mundo externo (abertura ou fechamento que pode ou não se explicitar no plano físico mais imediato). Fernand Braudel examinou estas tendências urbanas de abertura ou fechamento a partir de um estudo da sua historicidade, identificando padrões mais ou menos recorrentes para cada período com respeito a este tipo de relação. Para ele, as cidades poderiam ser grosso modo classificadas em “cidades abertas”, “cidades fechadas” e “cidades sob tutela” (BRAUDEL, 1977, p. 471-477).

As cidades antigas tenderiam para o modelo aberto, em oposição ao modelo explicitamente fechado das cidades medievais. A muralha que costumava cercar estas últimas seria apenas a parte mais visível de um sistema urbano fechado que também implicaria em um fechamento político e econômico.

A partir do século XV, com a formação dos sistemas políticos centralizados, surgiria o modelo das “cidades dominadas”, submetidas fundamentalmente a um controle que lhes é externo (como, por exemplo, a centralização estatal). À parte uma visível imposição do poder institucional na arquitetura destas cidades, consolidando-se em grandes avenidas e praças, a “cidade dominada” teria produzido uma sensível mudança no sentido de cidadania: enquanto primordialmente a cidadania havia implicado uma ligação com a cidade, como no caso das cidades antigas e medievais, agora ser cidadão passaria a remeter a uma ligação com o Estado.

No século XIX, as cidades industriais parecem se fechar novamente, embora não mais fisicamente, sendo notável que cada vez se torna mais clara a oposição entre o rural e o urbano a partir de uma fronteira muito definida. A partir da cidade pós-industrial do final do século XX, acrescenta Ribczynski (1995) em um comentário sobre a esquematização anteriormente proposta por Braudel, parece ressurgir uma tendência para o modelo da Cidade aberta da Antiguidade. Neste caso, a diferença ou a separação física entre a cidade e os seus subúrbios passaria a ser mais difusa.

O artefato urbano, conforme se vê, tende a se mostrar aberto ou fechado conforme o seu contexto histórico. Costuma ocorrer também uma espécie de superposição de padrões de espacialidade aberta e fechada em um mesmo espaço urbano. Pode ocorrer ainda que uma cidade conserve os seus muros medievais quando estes já não correspondem mais a uma prática de fechamento em relação ao mundo exterior. Nestes casos o artefato perde algumas de suas

funções primordiais, e quem sabe adquire outras. A muralha que antes servia para a defesa, e que constituía nos tempos medievais a resistente armadura de um “artefato bélico”, torna-se nos tempos modernos a principal atração de um “artefato turístico”, pronto não mais para repelir, mas sim para seduzir o visitante que para ela corre com as suas máquinas fotográficas.

Encarar a Cidade como “artefato” pode ter as suas vantagens, mas também traz consigo os seus eventuais limites. Os arqueólogos mais antigos com bastante frequência encaravam a cidade como um artefato a ser recuperado, e não raro como um grande recipiente a ser analisado meramente nos seus aspectos físicos mais imediatos. Ora, a cidade é, na contrapartida, “uma forma que adquire conteúdos variáveis” (RONCAYOLO, 1986, p. 398). Estudar a forma separada do seu conteúdo é sinal de uma nem sempre adequada “divisão do trabalho intelectual”, esta que se torna cada vez mais insustentável face aos parâmetros da interdisciplinaridade que invadem diversos campos do saber científico.

Gordon Childe (1950) é talvez o primeiro arqueólogo a libertar-se do tipo de modelo “artefato” mediante o qual os arqueólogos de seu tempo costumavam conceber a cidade, talvez aprisionados por uma leitura arqueológica demasiado específica. Procura desenvolver, ao contrário, uma visão global da cidade - e não apenas uma análise linear das suas construções e artefatos. É já um arqueólogo no sentido mais moderno - historiador da cultura material que revolve o artefato urbano para decifrar a sociedade nos seus múltiplos aspectos, e que se vale de conhecimentos interdisciplinares para enxergar a cidade mais como sistema do que como artefato arquitetônico.

Mas a Cidade é também um produto da terra. Existe por obra de um excedente agrícola sem o qual seria inconcebível na sua formação mais remota (MUMFORD, 1961)². Enxergar a Cidade como produto da terra é direcionar o olhar para um aspecto bastante específico de suas origens: cidade simultaneamente povoada por homens provenientes dos campos circundantes e mantida pela produção daqueles que permaneceram no ambiente rural. Produto da terra e obra do homem do campo - não seria esta, certamente, a

² “As cidades são um produto da terra. Refletem a sagacidade do camponês ao dominar a terra; tecnicamente, apenas prolongam a sua habilidade em dar ao solo empregos produtivos, em resguardar-lhe o gado com segurança, em regular as águas que irrigam os seus campos, em fornecer silos e celeiros para as suas colheitas. As cidades são a representação desta vida estável que começa na agricultura permanente: uma vida que se vive com o auxílio de abrigos permanentes, de utilidades permanentes tais como pomares, vinhedos e obras de irrigação, e de edificações permanentes para proteção e armazenagem” (MUMFORD, 1961, p. 13).

metáfora empregada pelos defensores das origens exclusivamente comerciais das cidades da Idade Média (PIRENNE, 1927).

O já mencionado modelo da cidade como “artefato” abre espaço para um outro: o da cidade como artefato esteticamente construído. Ou, dito de outra forma, o da cidade como obra de arte. A cidade, que certamente inclui dentro de si muitos e muitos objetos e produtos artísticos, passa a ser vista aqui, na sua inteireza, como um objeto artístico ela mesma³. Esta nova metáfora desdobra-se por um lado na possibilidade de enxergar a cidade como obra de arte coletiva, reelaborada permanentemente tanto pelos seus eternos construtores como pelos seus diversos habitantes. Por outro lado, a metáfora aponta também para a possibilidade de examinar a cidade como obra de arte dos urbanistas. Esta última perspectiva vem já das últimas décadas do século XIX, e tem um de seus marcos no livro de Camillo Sitte, **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos** (1889). O seu modelo era o da cidade culturalista, que se opunha radicalmente ao urbanismo geométrico e utilitário e que passava a privilegiar precisamente a cidade que abre espaço para a imprevisibilidade estética, mas também atentando para a necessidade de assegurar um ambiente que fosse favorável à saúde psicológica de seus habitantes.

Este mesmo modelo de urbanismo culturalista teve continuidade nos anos seguintes através das obras do urbanista e estenógrafo inglês Ebenezer Howard (1850-1928), que foi o grande idealizador das chamadas “cidades-jardins”. Estas foram por ele apresentadas como modelo ideal no livro *Cidades-jardins de amanhã*, publicado em 1898 (com outro título, que se manteria até sua reimpressão, em 1904). Sua idéia era combinar a vocação dinâmica da cidade com a beleza e saúde da vida no campo. A mesma idéia aparecerá em diversos urbanistas do século XX, preocupados em unir em uma única realidade estes dois universos aparentemente tão contraditórios que são a cidade propriamente dita e o campo.

Aparece também em Ebenezer Howard a preocupação com o crescimento desenfreado da população urbana, que tanto iria afligir os urbanistas do século XX, sobretudo a partir da intensificação da explosão demográfica a partir dos anos 1950. A solução de Howard para o problema era a de que o crescimento populacional urbano produzisse sempre a fundação de

³ “Portanto, a cidade não é apenas um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma” (ARGAN, 1992, p.73).

novas cidades equivalentes, e nunca o inchaço populacional que foi característico das metrópoles no último século.

A apreensão do fenômeno urbano a partir de imagens diversificadas apresenta indefinidas soluções. Quantas outras imagens são possíveis! Ao lado da cidade-jardim, concebe-se a cidade como empresa ou como indústria⁴. Ao lado da cidade “obra de arte”, afirma-se a cidade como registro concreto e quase imperecível da memória humana. Ou, por fim, a cidade pode ser lida como um texto que registra as atitudes de uma sociedade perante os fatos mais elementares de sua existência. Vale a pena, contudo, examinar outro circuito de imagens que foi muito importante para o pensamento do século XX sobre a cidade: o circuito de imagens orgânicas e naturais.

OS MODELOS BIOLÓGICOS E ECOLÓGICOS

Se a cidade pôde ser compreendida por alguns arqueólogos e urbanistas como um artefato, não faltaram estudiosos que consideraram este modelo inadequado para a expressão daquilo que há de vivo e de mutável nesta formação social específica. Buscando reagir à idéia de enxergar a cidade como mero recipiente, não deixaram de surgir também os modelos biológicos diversificados⁵.

Os modelos biológicos utilizados para a compreensão das cidades e dos processos de crescimento urbano remetem a duas vertentes. De um lado, a comparação da cidade com um organismo vivo, seja um organismo complexo formado por vários órgãos que desempenham funções diversas, seja a célula, notando-se que este modelo é freqüentemente utilizado para a visualização dos processos de crescimento urbano. De outro lado, a cidade pode ser enquadrada como ambiente ecológico, uma vez concebida a ecologia como um estudo dos seres vivos em relação com o seu ambiente. Assim, este último modelo abarca

⁴ Mais ou menos à mesma época em que urbanistas culturalistas como Camillo Sitte (*Der Stadtbau*, 1889) e Ebenezer Howard idealizam as cidades esteticamente concebidas e os modelos ecológicos das cidades-jardins, surgem também os urbanistas progressistas que passam a conceber a cidade de uma perspectiva predominantemente industrial. A obra que inaugura este novo caminho nas concepções urbanas é **A Cidade Industrial** (1917), de Tony Garnier (1869-1948). Mais tarde, em 1919, seria fundada, sob a direção do arquiteto alemão Walter Gropius, a Bauhaus – escola de arquitetura que se tornaria o centro formação do Urbanismo Progressista, impulsionando-o em novas direções.

⁵ A Escola de Chicago sustentava que a cidade não era apenas um artefato, mas em diversos graus, um “organismo”. Deve-se acrescentar ainda que, ao lado dos sociólogos da Escola de Chicago, a própria associação entre cidade e realidade biológica já havia sido iniciada pelos próprios estudiosos oriundos do campo da Biologia. Assim, Patrick Geddes, biólogo escocês, já havia publicado em 1915 um livro intitulado **Cidades em Evolução** (GEDDES, 1994).

a interação dos seres vivos não apenas uns com os outros, mas também a sua interação com o ambiente inorgânico.

Tanto uma como outra vertente dos ‘modelos biológicos’ implica em trazer para o vocabulário das ciências humanas uma série de palavras e expressões que, a princípio, estiveram vinculadas às ciências naturais. Hoje estas palavras já são de uso corrente para a expressão de fenômenos sociais, particularmente os relacionados ao âmbito urbano. Dentre as expressões herdadas da terminologia clássica, que passou a examinar a cidade como um organismo, destacam-se noções como “crescimento”, “tecido”, “artéria”, “coração”, “função”. Veremos, contudo, que o empréstimo dos modelos naturais para a compreensão do fenômeno urbano tem uma história remota, e que alguns sociólogos do século XX apenas resgataram um modo de pensar a cidade já tradicional, embora o adaptando a necessidades inteiramente novas.

Não eram raras na Antiguidade as comparações da cidade a um grande ser. A Bíblia nos mostra os tradicionais exemplos de comparação da cidade de Jerusalém com a noiva de Cristo, ou da Babilônia como a Grande Prostituta. Mas as possibilidades vão além: comparar a cidade ao ser vivo abre-se à possibilidade de visualizar a cidade como um corpo constituído por diversos órgãos. Este tipo de metáfora corporativa da cidade remete fundamentalmente à Idade Média. Um dos exemplos mais notórios é a descrição do “corpo cidadão” por João de Salisbury, parisiense do século XIII, na obra *Policraticus*. Para ele, cada grupo social estaria fadado a desempenhar uma função específica. Os mercadores, por exemplo, seriam equivalentes ao “estômago da sociedade”, e no seu aspecto negativo arriscariam transmutar-se em um órgão desmesuradamente guloso. O historiador Walter Ullmann (1966), que estudou a obra de Salisbury, interpreta a sua utilização da metáfora do corpo para representar a Cidade como um desejo de “imobilização do indivíduo na sociedade” e de sua fixação por trabalho ou função. No contraponto desta concepção medieval do corpo cidadão, quanto mais elevada fosse a função de um indivíduo, mais influência, mais riqueza e mais direitos lhe seriam atribuídos.

A metáfora da cidade como corpo presta-se, como se vê, a propósitos explicitamente funcionais. Não é a toa que, por ocasião da emergência do positivismo comtiano no século XIX, que buscava legitimar e privilegiar o papel de uma burguesia industrial como órgão diretivo da sociedade, ressurgam metáforas comparando as camadas dirigentes ao cérebro e o operariado aos

braços e pernas. Modificadas em diversos aspectos, algumas destas idéias em torno das funções sociais seriam levadas para o século XX por Émile Durkheim (1962)⁶.

Mesmo antes de Augusto Comte, Saint-Simon, que fora mentor do jovem positivista na fase inicial de sua carreira, já havia utilizado o modelo biológico para a análise social. Com Saint-Simon, porém, o modelo do organismo social fora utilizado para um propósito diametralmente oposto, buscando criticar radicalmente o poder preestabelecido ao assinalar a idéia de que algumas classes, como o clero e a aristocracia, seriam como que “parasitas do organismo social”.

O século XIX trouxera também a “atitude evolutiva”. Diversos pensadores no Ocidente já vinham desde o Século das Luzes elaborando a ideia de “progresso do desenvolvimento humano”, tendendo a imaginar a civilização ocidental como uma etapa superior a ser alcançada por todas as sociedades. Por outro lado, em 1859 Charles Darwin formulara no campo das ciências naturais a sua teoria da *Evolução das Espécies*. Com ela, além de reforçar a ideia de um plano evolutivo identificável na própria natureza, introduzira novos conceitos – como o de “competição natural” – que não tardariam a ser reapropriados pelas ciências humanas. É também a partir de Charles Darwin que E. Haeckel (1834-1919) formula as bases para um novo campo do saber, a “ecologia”, considerando-o como o estudo da economia e do modo de habitar dos organismos animais, incluindo-se as relações dos animais com o ambiente inorgânico e toda a intrincada série de relações à quais Darwin se referiu falando de condições da luta pela existência.

Este desenvolvimento significativo no campo das ciências naturais e da ecologia, bem como esta retomada de modelos naturais pelos sociólogos oitocentistas para expressar relações diversas do universo humano, não tem propriamente uma repercussão imediata no campo dos estudos urbanísticos que lhes foram contemporâneos, pelo menos no que concerne à formulação de modelos para visualizar a cidade. Já vimos que a preocupação dos historiadores oitocentistas da cidade fora sobretudo com os aspectos institucionais, o que se deve em parte a uma demanda pelos seus serviços da parte dos governos

⁶ “Há certamente circunstâncias nas quais muitas funções econômicas entram em concorrência. No organismo individual, a seguir a um jejum prolongado, o sistema nervoso nutre-se com prejuízo dos outros órgãos, e o mesmo fenômeno produz-se se a atividade cerebral atinge um desenvolvimento demasiado considerável. O mesmo acontece na sociedade nas épocas de carestia ou de crise econômica. As funções vitais são obrigadas, para subsistir, a privar dos seus meios de sustento as funções menos essenciais” (DURKHEIM, 1962, p. 270-271).

estatais que buscavam se reorganizar no novo quadro europeu pós-napoleônico. A cidade como uma grande família, como um grande agrupamento de células institucionais básicas, ou, enfim, como uma grande instituição - este fora o modelo instrumentalizado pelos historiadores das instituições municipais e dos estados nacionais reorganizados, e também daqueles poucos que se aventuraram a refletir sobre as origens do fenômeno urbano.

Mas já começava a gestar-se algo novo em termos de visualização do fenômeno urbano que só daria seus principais frutos nas primeiras décadas do século XX. A teoria da evolução, os primórdios da ecologia, por um lado, e a “livre competição” da economia clássica, com a contrapartida socialista que trazia à tona as inquietações sociais e retomava a noção de “luta de classes”, por outro – começava a fermentar aí uma nova imaginação sociológica, pronta a ser catalisada por uma renovada aceleração industrial trazida pelas primeiras décadas do século XX.

É todo este conjunto de ideias que precede a formulação de uma “ecologia urbana” na década de 1920, devendo-se acrescentar que também por esta época os biólogos começam a desvendar os segredos da “célula” e a inteirar-se a respeito de seus processos de crescimento. Ao mesmo tempo, enquanto a Europa recuperava-se da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos começavam a despontar como um novo palco para a reflexão sobre o fenômeno urbano na modernidade. Face a toda uma massa de informações que envolviam desde o estudo da ecologia até os mecanismos mercadológicos examinados a partir da ótica do liberalismo econômico, e face à ânsia de formular novos modelos para a compreensão do funcionamento e das disfunções da cidade, um grupo de sociólogos especializados nos estudos urbanos estabelece na Chicago dos anos 1920 o novo campo da “ecologia urbana”. Por eles, a cidade será considerada a partir de então como “o *habitat* natural do homem”.

“A cidade é uma constelação de áreas naturais, cada uma delas com o seu ambiente característico e a sua função específica no conjunto da economia urbana”: foi com estas palavras que E. Park (in BURGESS; PARK; MCKENZIE, 1925) definiu a cidade em um famoso artigo intitulado “A cidade como um laboratório social”, no qual buscava sintetizar algumas das suas ideias acerca do fenômeno urbano. A definição é particularmente interessante por ressaltar dois aspectos fundamentais do pensamento ecológico deste que foi um dos fundadores da Escola de Chicago. Por um lado, Park fala-nos em “áreas

naturais”, remetendo-nos a um diálogo com a ecologia que não hesitará em trazer para o plano sociológico noções como “estímulo”, “mobilidade”, “caráter patológico”, “competição”, “simbiose”. Por outro lado, o sociólogo americano também nos fala de funções específicas para estas que seriam as “áreas naturais” da formação urbana.

Park fora discípulo de Simmel, que instigara na geração da Escola de Chicago o interesse pela “mobilidade social” e pela psicologia do homem urbano⁷. Mas também fora profundo conhecedor da obra de Durkheim, daí retirando a preocupação com as funções sociais. Explica a formação daquilo que chamou de “áreas naturais” por intermédio do “princípio da comunicação” e do “princípio da competição”, neste último particular notando-se um certo darwinismo social que muitos criticariam em alguns dos escritos produzidos pela Escola de Chicago. Com base no princípio da competição, a distribuição da população tende a selecionar e agrupar conjuntamente os semelhantes. Desta forma, seria da relação dialética entre “competição” e “comunicação” que seriam geradas, sempre por processos de ajustamento, as “áreas naturais”.

A obra fundadora da Escola de Chicago é a publicação coletiva denominada *The City* (1925), onde aparecem textos de Park, Burgess, Mckenzie e Wirth, entre outros. Sua principal contribuição é a constituição de um novo modelo de visualização da cidade, que os próprios membros da Escola de Chicago procuraram entender como um novo campo do conhecimento. A “ecologia humana”, desta forma, é definida por Mckenzie como “a ciência que se ocupa dos aspectos espaciais, das relações simbióticas de seres e de instituições na medida em que estejam empenhados nas forças seletivas, distributivas e adaptadoras do ambiente físico”.

Deve-se entender, antes de mais nada, que a Escola de Chicago foi um grupo de pesquisas efetivo, onde cada um recebeu certas funções voltadas para a preocupação de abarcar a totalidade dos aspectos urbanos. Burgess, por exemplo, foi encarregado de estabelecer um modelo generalizável para o crescimento das “áreas naturais”. Wirth estudou os aspectos da “mobilidade”, da “desorganização social”, da caracteriologia do cidadão e, por outro lado, da formação de subculturas urbanas. Voltados para uma miríade de aspectos associados ao fenômeno urbano, o modelo da cidade como o lugar natural do

⁷ Em 1916, Robert Ezra Park já havia publicado um artigo na linha de Simmel, que se intitulava “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no ambiente urbano”. Esse artigo já prenuncia a linha de pesquisas que marcaria a Escola de Chicago a partir de 1925.

homem assumia múltiplas formas, emprestadas às comunidades simbióticas de seres vivos, às colméias, às células em crescimento e multiplicação, aos ecossistemas, aos modelos do corpo e do organismo vivo com sua divisão funcional em uma diversidade de órgãos – um vasto campo de imagens que se abria a partir destes pensamentos iniciais.

O modelo ecológico suscitou reflexões diversificadas no mundo inteiro, em muitos aspectos distintas e até críticas em relação à Escola de Chicago. No Leste Europeu surge, por exemplo, uma abordagem que alguns autores denominaram “ecológico-funcionalista”, e que tem em Jiril Musil (1970) um de seus principais representantes. Por outro lado, o modelo do “ambiente ecológico” foi eventualmente utilizado por pesquisadores nem sempre vinculados às habituais escolas ecológicas. Mumford, autor de uma *História da Cidade* que se tornou referência para os estudos de história do urbanismo ocidental, compara a cidade – via de regra como recurso estilístico – ao corpo humano (MUMFORD, 1991, p. 267) ou a outros elementos naturais como a “árvore” (p. 269). É bastante citar um comentário do autor referente ao processo mediante o qual a cidade medieval, apesar de sua origem exclusivamente feudal, logo se torna palco para uma luta entre dois sistemas concorrentes: “ao proporcionar um ninho no qual o cuco do capitalismo podia depositar seus ovos, a cidade murada em breve permitiu que os seus próprios rebentos fossem postos para fora pelo atrevido forasteiro que abrigara” (MUMFORD, 1991, p. 282).

Nada mais “ecológico” do ponto de vista de certos desenvolvimentos típicos da Escola de Chicago. As metáforas pertencem ao mundo natural: os fundamentos de organização e controle espacial são a concorrência e a “seleção natural”, e o ambiente urbano é perfeitamente assimilado ao “*habitat* natural” do homem.

A CIDADE ENTENDIDA COMO UM SISTEMA

A Cidade também tem sido modernamente compreendida (ou visualizada) como um sistema. Mas que tipo de sistema? Isard (1942) a considerou como “sistema circulatório”, e os membros da Escola de Chicago a assimilaram a um “sistema ecológico”. Mas a Cidade também pode ser encarada como um sistema no sentido informático, abrindo-se ainda aqui múltiplas possibilidades conforme a definição do modelo de interação para os seus vários elementos.

Um famoso artigo do arquiteto e matemático Christopher Alexander (1967) poderá nos servir para elucidar esta questão.

Intitulado “A cidade não é uma árvore”, o texto do arquiteto vienense recebeu o prêmio de melhor artigo do ano de 1965 no campo do *design*. O autor defende a tese da superposição dos subsistemas de vida urbana, propondo superar os modelos reducionistas e esquemáticos de compreensão da cidade (por ele chamados de “estruturas em árvore”) em favor de modelos que captem a verdadeira complexidade urbana (“estruturas em grelha”).

O artigo de Alexander objetivava, a princípio, contribuir para uma nova maneira de pensar a cidade, imprescindível aos urbanistas que pretendiam projetar ou criar novas cidades sem perder aspectos da “cidade natural”. De nossa parte, acreditamos que o modelo de compreensão proposto pelo urbanista vienense seja também útil para a compreensão da natureza intrínseca das cidades já existentes e de sua complexidade, que às vezes se vê reduzida e comprometida por esquemas simplificadores.

Alexander distingue, a princípio, dois modos de pensar que coincidem com modelos de representação de estruturas de conjuntos. A “árvore” corresponde a uma estrutura ramificada que o homem utiliza toda vez que pensa na esquematização, ou na abstração de uma estrutura. A “estrutura em grelha” corresponde ao modelo proposto pelo autor.

Para exemplificar, considere-se uma cidade hipotética. Existe uma esquina onde se localiza um bar com uma banca de jornais em frente. No cruzamento diante da esquina existe um sinal de trânsito. Quando este se abre para o tráfego, o pedestre para na calçada e aproveita para ler superficialmente as notícias e informações dos jornais e revistas. Outros se habituariam a tomar diariamente um café no bar em frente. Farol, calçada, transeuntes, jornaleiro, banca de jornais e bar são elementos que formam um “conjunto”. Uma vez que estes elementos interagem, o conjunto é chamado de “sistema” – um sistema efetivamente significativo para diversos cidadãos.

Numa cidade, existe uma infinidade destes pequenos sistemas, que por isso são chamados de “subsistemas”. A vida urbana de uma cidade utiliza uma parte dos subsistemas disponíveis na cidade. Os subsistemas significativos para cada cidadão se integram, superpondo-se. Cada elemento de um subsistema pode pertencer a outro subsistema, consistindo nisto a riqueza da vida urbana.

Ora, é precisamente esta superposição e esta riqueza que se perdem nos modelos de compreensão habituais, fundados na “estrutura de árvore”. Imagina-se os elementos separados, contíguos, mas não superpostos. Desta forma, acaba-se separando os elementos de uma unidade, esquematizando um modelo de cidade que não corresponde em absoluto à sua vida urbana. Em projetos urbanísticos, isso corresponderia a planejar zonas de funções estanques, distribuições rígidas de equipamento, isolamento da recreação, sem prever em momento algum uma integração efetiva de seus elementos. Em análise sociológica ou historiográfica, acrescentaríamos por nossa conta, isto corresponde a repartir as cidades já conhecidas em compartimentos e sub-sistemas não integrados, sacrificando a compreensão da verdadeira vida social que aí se desenrola. Ou seja, apesar de a vida urbana corresponder a uma “estrutura de semi-grelha”, estabelece-se uma “estrutura de árvore” para facilitar a ação de pensar.

Uma coleção de conjuntos constitui uma “semi-grelha” somente quando dois de seus conjuntos se superpõem e o conjunto de elementos comuns a ambos também pertencem à coleção. No exemplo antes mencionado, isto corresponderia a dizer que existe um conjunto “sinal de trânsito - banca de jornais” e outro conjunto “banca de jornais - bar”; a “banca de jornais” é uma unidade que também pertence à coleção. De forma contrária à “estrutura de grelha”, a “árvore” define-se como a coleção em que, para cada dois conjuntos, ou um está inteiramente contido no outro ou estão totalmente separados.

Estendendo a reflexão de Alexander para as análises sociológica e historiográfica, deve-se evitar o risco de isolar estruturas sociais e vizinhanças também em compartimentos estanques. A família “x” tem vínculos de amizade com a família “y”, pertençam ou não à mesma unidade de vizinhança, ou mesmo a grupos sociais diferentes. Em uma cidade moderna, por exemplo, os filhos vão a uma escola de outro bairro porque lá parece haver professores melhores, e as compras mais importantes podem ser feitas em um supermercado mais afastado em virtude de preços melhores. Em cidades medievais, existem mesmo ambientes ou ocasiões que pressupõem o contato entre grupos sociais diferenciados, apesar de toda a compartimentação prefigurada pela hierarquização ou pela setorização corporativa das sociedades urbanas medievais.

Isso não quer dizer que não se deva estudar os mecanismos de segregação social ou a compartimentação urbana, que apresentam efetivamente diversas formas consoante as várias sociedades e períodos históricos. Significa apenas que não se deve desprezar os aspectos que transformam a cidade em um grande sistema integrado. A proposta de Alexander é integralizar neste novo modelo urbano a teoria dos conjuntos e da informática, com vistas a obter novas visões objetivas da complexa realidade cidadina e da integração dos seus subsistemas, além de forçar a compreensão da natureza psicológica e social da vida urbana para encontrar os princípios ordenadores de uma cidade.

A CIDADE COMO TEXTO

Outra imagem da cidade que permitiu uma renovação radical nos estudos dos fenômenos urbanos foi a da “cidade como texto”. Esta imagem ergue-se sobre a contribuição dos estudos semióticos para a compreensão do fenômeno urbano, sobretudo a partir do século XX⁸. Segundo esta perspectiva, a cidade pode ser também encarada como um “texto”, e o seu leitor privilegiado seria o habitante (ou o visitante) que se desloca através da cidade – seja nas suas atividades cotidianas para o caso do habitante já estabelecido, seja nas atividades excepcionais, para o caso dos turistas e também do habitante que se desloca para um espaço que lhe é pouco habitual no interior de sua própria cidade. Em seu deslocamento, e em sua assimilação da paisagem urbana através de um olhar específico, este cidadão estaria permanentemente sintonizado com um gesto de decifrar a cidade, como um leitor que decifra um texto ou uma escrita. Podemos aqui retomar as palavras de Roland Barthes (2001, p. 224): “A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a”.

A seus habitantes, e por extensão a seus analistas, uma cidade fala eloqüentemente dos critérios de segregação presentes em sua sociedade através dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos, da materialização do preconceito e da hierarquia social em espaço. Sua paisagem fala de sua tecnologia, de sua produção material; seus monumentos e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam; seus caminhos e seu trânsito falam das mais diversas atividades que no

⁸ Roland Barthes remete a percepção pioneira da cidade como texto a Victor Hugo, ainda no século XIX (BARTHES, 2001, p. 219-231).

seu interior se produzem; seus mendigos falam da distribuição de sua riqueza ao estender a mão em busca de esmolas. Cada um destes índices remete às letras de um alfabeto que pode ser pacientemente decifrado pelos sociólogos, pelos historiadores, pelos urbanistas. A cidade, sem dúvida, pode ser “lida”, e é nesta perspectiva que se têm colocado alguns estudiosos do urbanismo a partir de meados do século XX.

A aplicabilidade da metáfora da “escrita” à cidade tem diversos sentidos. Existe por exemplo a escrita produzida pelo desenho das ruas, monumentos e habitações – em duas palavras: a escrita arquitetônica de uma cidade. Trata-se de uma escrita sincrônica, que nos fala daqueles que a habitam, e também de uma escrita diacrônica, que nos permite decifrar a “história” da cidade que é lida. A cidade, em muitos casos, vai superpondo temporalidades, permitindo que habitações mais antigas convivam com as mais modernas⁹. Em outros casos, ela faz desfilar as temporalidades sucessivamente, quando deslocamos nossa leitura através de bairros que vão passando de uma materialidade herdada de tempos antigos a uma materialidade mais moderna, nos bairros onde predominam as construções recentes.

É também importante notar que os próprios habitantes vão reescrevendo a escrita de sua cidade permanentemente. Por vezes imperceptível na passagem de um dia a outro, este deslocamento da escrita urbana deixa-se registrar e entrever na longa duração. Os prédios que em uma época eram continentes da riqueza e símbolos do poder, podem passar nesta longa duração a continentes da pobreza e a símbolos da marginalidade. Os casarões do século XIX, que eram habitações de ricos, degeneram-se ou deterioram-se em cortiços, passando a abrigar dezenas de famílias mal acomodadas e a configurar espaços habitacionais marginalizados. Nesta passagem marcada pela deterioração do rico palacete em cortiço miserável, deteriora-se também a imagem externa do bairro e o seu valor imobiliário, de modo que o espaço que um dia configurou uma “área nobre” passa em tempos posteriores a configurar uma zona marginalizada do ponto de vista imobiliário.

Este “deslocamento social do espaço” também acaba por se constituir em uma forma de escrita que pode ser decifrada. As motivações para este deslocamento podem ser lidas pelo historiador: a história da deterioração de

⁹ Este é o caso, por exemplo, da cidade de Ouro Preto, onde centenas de habitações antigas, já tombadas pelo patrimônio histórico, vão partilhando o espaço físico com prédios mais modernos ou escondendo agitados *pubs* no estilo londrino sob os sobrados.

um bairro pode revelar a mudança de um eixo econômico ou cultural, uma reorientação no tecido urbano que tornou periférico o que foi um dia central ou um ponto de passagem importante.

Enfim, de múltiplas maneiras o próprio espaço e a materialidade de uma cidade se convertem em narradores da sua história. Diante desta percepção da cidade como uma escrita que tem algo a dizer, surgiu concomitantemente um esforço de conservação do patrimônio arquitetônico que encontra uma de suas expressões nos tombamentos históricos. Os monumentos e as construções antigas passam a ser considerados, nestes casos, como registros da memória coletiva. Fragmentos de textos, enfim, que a comunidade ou aqueles que ela designou para representá-los não desejam ver apagados no processo de incessante reescrita do texto urbano.

Do que pudemos ver até aqui, a imagem de uma cidade-texto traz consigo uma dupla implicação. Um texto pode ser definido como algo passível de ser lido, mas também pode ser compreendido como algo que é escrito. Daí que, se os cientistas sociais que examinam a cidade tomam este texto apenas na sua dimensão de objeto de leitura, já os seus habitantes e os passantes que a percorrem no dia-a-dia podem se relacionar ao texto-cidade simultaneamente do ponto de vista da leitura e da escrita. Kevin Lynch já fazia notar, referindo-se às pessoas que circulam dentro da cidade e que constituem a sua parte humana, que estas não são meros observadores do espetáculo urbano, mas parte dele (LYNCH, 1999, p. 2). Os pedestres podem ler o texto urbano, mas eles também o reescrevem, e de algum modo podem ser mesmo considerados como alguns dos personagens ou dos caracteres móveis que fazem parte da construção deste texto urbano. Esta tríplice relação do pedestre com o texto urbano – como leitor, escritor, personagem de sua narrativa ou, o que vem a dar no mesmo, letra móvel do seu alfabeto infinito – merece ser discutida em pormenor.

Discutiremos, para melhor iluminar a questão proposta, a “idéia afim” de que a cidade é comparável a um enunciado lingüístico (o que remete, desta maneira, não apenas ao texto escrito mas também ao texto falado). Roland Barthes, e a partir dele Michel de Certeau, fazem notar que, se a cidade constitui uma “ordem espacial” que pode ser comparada à língua, por outro lado os pedestres que caminham através desta ordem espacial atualizam e reinventam esta língua. Por isto, se a ordem espacial urbana é como uma língua, com

suas possibilidades e proibições, a caminhada através desta ordem urbana é equivalente ao ato de enunciar – a “enunciação pedestre” nos dizeres de Certeau (2002, p. 177).

Ao caminhar pela cidade, cada pedestre apropria-se de um sistema topográfico (de maneira análoga ao modo como um locutor apropria-se da língua que irá utilizar), e ao mesmo tempo realiza este sistema topográfico em uma trajetória específica (como o falante que, ao enunciar a palavra, realiza sonoramente a língua). Por fim, ao caminhar em um universo urbano onde muitos outros caminham, o pedestre insere-se em uma rede de discursos – em um sistema polifônico de enunciados, partilhado por diversas vozes que interagem entre si (como se dá com os locutores que se colocam em uma rede de comunicações, na qual a mais simples “conversa” é um dos exemplos mais evidentes).

Enfim, se existe um sistema urbano – com a sua materialidade e com as suas formas, com as suas possibilidades e os seus interditos, com as suas avenidas e muros, com os seus espaços de comunicação e os seus recantos de segregação, com os seus códigos de trânsito – existem também os modos de usar este sistema. A metáfora lingüística do universo urbano aqui se sofisticada: existe a língua a ser decifrada (o texto ou o contexto urbano), mas existe também o modo como os falantes (os pedestres e habitantes urbanos) utilizam e atualizam esta língua, inclusive criando dentro deste mesmo sistema de língua as suas comunidades lingüísticas particulares (dentro da cidade existem inúmeros guetos, inúmeros saberes, inúmeras maneiras de circular na cidade e de se apropriar dos vários objetos urbanos que são partilhadas por grupos distintos de indivíduos).

É extremamente difícil e desafiador para o historiador que estuda as realidades urbanas do passado recuperar o registro destas caminhadas (ou destes “atos de fala” dos enunciadores urbanos). A dificuldade está em que não se trata apenas de recuperar os caminhos possíveis ou percorráveis através das várias atividades cotidianas. Se a cidade é um texto que pode ser lido a partir da materialidade urbana, e se é possível imaginar os pedestres do passado que percorriam este texto em pontilhado – ou seja, que realizavam percursos – é preciso lembrar que o ato de caminhar através de uma cidade é uma operação complexa que envolve muitos outros gestos e sentidos para além do movimento das pernas e do deslocamento no espaço. Quem caminha

observa a paisagem, vivencia possibilidades e interditos, vai ao encontro ou foge do encontro de outros passantes, segrega ou é segregado. Um pedestre nas cidades modernas caminha observando vitrines, decodificando sinais de trânsito, administrando liberdades e inseguranças. O pedestre das cidades de todas as épocas acelera e desacelera os seus passos, vivencia emoções olfativas e táteis, respira o ar de sua cidade. Muitos destes gestos e sentidos perdem-se para o historiador que contempla apenas a planta de uma cidade ou que tenta adivinhar na materialidade urbana de hoje o que foi a vida dos homens que a habitaram no passado. É preciso, portanto, não apenas recuperar os traçados dos múltiplos percursos, como também identificar as diversas maneiras de caminhar; não apenas inventariar os lugares, como analisar as maneiras de se apropriar dos lugares.

Uma última implicação da metáfora da cidade como texto ou como discurso é a de que o complexo discurso urbano aloja dentro de si diversos discursos de todas as ordens. A cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos. O grande texto urbano aloja dentro de si textos menores, feitos de placas de ruas que evocam memórias e imaginários, de cartazes que são expostos nas avenidas para seduzir e informar, de sinais de trânsito que marcam o ritmo da alternância entre a passagem permitida e os interditos aos deslocamentos no espaço. A cidade é um grande texto que tece dentro de si uma miríade de outros textos, inclusive os das pequenas conversas produzidas nos encontros cotidianos. Eis aí, enfim, a aventura que se abre aos pesquisadores que se aproximam da cidade a partir da metáfora lingüística ou apoiando-se na imagem da cidade como texto: ele torna-se um decifrador de discursos e de relações geradas a partir de uma multiplicidade de discursos.

O cientista social, ou o estudioso dos fenômenos e das estruturas urbanas nos demais campos do saber, sempre constitui o seu objeto de estudo a partir de determinadas imagens da cidade ou de modelos para a sua compreensão – imagens e modelos que terminam por produzir, no fim das contas, expectativas e perspectivas específicas, que acabam por permitir ou favorecer determinadas metodologias e aportes teóricos conforme a imagem a partir da qual o estudioso se aproxima do fenômeno urbano. Neste sentido, a imagem ou modelo utilizado tende, com muita frequência, a favorecer determinadas formas de expressão e de constituição do texto final destinado a expor os resultados do trabalho e da reflexão do pesquisador.

IMAGES OF THE CITY AND URBAN KNOWLEDGE

ABSTRACT

This article – bringing a counterpoint to the artistic images of the City – attempts to discuss the usage of images in the Social Sciences, more specifically in the construction of knowledge about the City. The intention is to elaborate a panoramic view of the several images types that have produced models of the City along the urbanistic thought of the twenty century in the Social and Human Sciences, including the Sociology, Anthropology and History.

KEYWORDS: *City. Images. Urban Models.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, C. Une ville n'est pas un arbre. **Architecture, Mouvement et Continuité**, n. 161, p. 3-11, 1967.

ARGAN, G. C. **A História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARTHES, R. Semiótica e Urbanismo. In: _____. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRAUDEL, F. As cidades. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII**. v. I: As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 439-514.

BOGUE, D. J. **The Structure of the Metropolitan Community: A Study of Dominance and Subdominance**. Michigan: Ann Arbor, 1949.

BURGESS, E. W.; PARK, E.; MCKENZIE, R.D. **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano, 1: a arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHILDE, V. G. The Urban Revolution. **Town Planning Review**, n. 21, p. 3-17, 1950.

DICKINSON, R. E. City and Region. In: ELIA, G. F. (Org.). **Sociologia Urbana**. Turim, 1971.

DURKHEIM, E. **La division du travail social**. Paris: PUF, 1962. [Tradução para o português: **A divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1999]

GARNIER, T. **Une cité industrielle**. Étude pour la construction des villes. Paris: [s.n.], 1917.

GEDDES, P. **Cidades em evolução**. São Paulo: Papirus, 1994.

HOWARD, E. **A Peaceful Path to Real Reform**. London, 1904.

ISARD, W. Transport development and building cycles. **Quartely Journal of Economicy**, v. 57, n. 1, p. 90-112, 1942.

LYNCH, K. **The Image of City**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1960. [Tradução para o português: **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994]

MERCADAL, J. Peut-on tirer un enseignement des essais français de modelisation du développement spatial urbain? **Revue écononique**, v. XXIII, n. 6, p. 952-991, 1971. [1965]

MUMFORD, L. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

_____. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MUSIL, J. **Sociologia della città**. Milão: F. Angeli, 1970.

RIBCZYNSKI, W. **Vida nas cidades**: expectativas urbanas no Novo Mundo. Rio de Janeiro: Record, 1995.

RONCAYOLO, M. Cidade. **Enciclopedia Einaudi**: Região. (v. 8). Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. C. **Principles of Rural-Urban Continuum**. Harvard: Harvard Pres, 1929.

SITTE, C. **Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen**. Viena: [s.n.], 1899.

ULLMANN, W. **The Individual and the Society in the Middle Ages**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1966.